Versão Online ISBN 978-85-8015-053-7
Cadernos PDE

VOLUME II

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

Produção Didático-Pedagógica

2009

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Superintendência da Educação
Diretoria de Políticas e Programas Educacionais
Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

VALERIA GARCIA FERNANDES LEITE

INICIAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: conceitos, teorias e práticas

Maringá

2010

VALERIA GARCIA FERNANDES LEITE

INICIAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: conceitos, teorias e práticas

Produção didático-pedagógica produzida em forma de Caderno Pedagógico apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Governo do Estado do Paraná – SEED. Turma de 2009. Disciplina de História. Orientação na Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra C. A. Pelegrini.

Maringá

2010

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou em meus estudos, aos meus alunos e aos colegas professores do Grupo de Trabalho em Rede – GTR, pelas preciosas sugestões que muito contribuíram para a qualidade desse material.

Quero registrar, também, o meu profundo agradecimento à professora doutora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini pela dedicação, seriedade e profissionalismo com que conduziu as discussões e revisões acerca desta produção didático-pedagógica.

SUMÁRIO

1. Apresentação 05

2. Introdução 06

3. Unidade 1 09

3.1 Discutindo conceitos e teorias.....09

3.2 Atividades propostas.....14

3.3 Uso de texto e filme.....15

3.4 Conhecendo os Patrimônios Culturais Brasileiros.....18

3.5 Bens Materiais/Tangíveis, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.....18

3.6 Bens Imateriais/Intangíveis Reconhecidos Nacionalmente.....20

3.7 Patrimônio Cultural Paranaense.....21

3.8 Atividades propostas.....24

3.9 Pesquisa com o uso da internet no laboratório de informática da escola.....24

4. Unidade 2 25

4.1 História local, fotografias e memórias.....25

4.2 Atividades propostas.....32

5. Unidade 3 33

5.1 A importância dos museus.....33

5.2 Atividades propostas.....36

5.3 Considerações finais.....38

6. Referências 38

7. Anexos.....41

1. Apresentação

Este Caderno Pedagógico integra a produção didático-pedagógica, que se constituiu como parte do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED, sob orientação da professora doutora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Está dividido em unidades. Cada unidade traz, em seu bojo, reflexões sobre um tópico do tema proposto: "Iniciação à Educação Patrimonial: conceitos, teorias e práticas", mas nenhum tem a pretensão de dar conta da totalidade das discussões teóricas e práticas referentes aos conteúdos apresentados. São o "ponto de partida" para novas reflexões e discussões.

A Iniciação à Educação Patrimonial é uma proposta que visa fomentar a busca do saber no que diz respeito ao patrimônio cultural, para que haja uma conscientização dos educandos para com a preservação do patrimônio, assim como, o despertar da valorização de uma identidade, proporcionando a relação de pertença com a memória e a cultura local, regional e nacional.

A implementação deste Caderno Pedagógico ocorrerá na Escola Estadual Almirante Barroso – Ensino Fundamental, localizada no município de Rondon – PR, tendo como público alvo, alunos da 7ª série/ 8º ano do Ensino Fundamental, em um total de 32 aulas. Contudo, penso que o mesmo poderá ser adaptado à diferentes realidades locais, e servir como elemento de discussões nas diversas escolas públicas paranaenses. Volto a enfatizar, não é uma "receita pronta", tampouco aborda a totalidade das discussões acerca do tema, certamente é mais uma ferramenta disponível ao professor, interessado com a temática do patrimônio cultural.

Bom proveito a todos.

Valeria G. F. Leite

2. Introdução

A defesa e preservação do patrimônio cultural é uma tarefa extremamente importante em todos os setores da vida. Iniciá-las pela educação escolar é acreditar que uma ação educativa eficaz e comprometida desenvolve um processo de conscientização em relação ao conhecimento, valorização, preservação e conservação do patrimônio, tanto os que são familiares pela proximidade, quanto os que estão distante geograficamente, porém integrantes de nossa história nacional.

Atualmente a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - Lei n° 9394/96 – enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, abrindo assim espaço para novas propostas de ensino.

O ensino nesse campo visa tratar os estudantes como agentes históricos-sociais, responsáveis em reconhecer e salvaguardar os patrimônios culturais materiais e imateriais, valorizando o direito à memória e ao reconhecimento dos valores culturais como exercício democrático e permanente da democracia.

Para tanto, nós educadores precisamos propagar e difundir a idéia de que a sociedade que não considera e não respeita o patrimônio cultural e natural em toda a sua diversidade corre um grande risco de perder sua identidade, enfraquecendo sua cidadania.

A implantação de políticas públicas para a preservação patrimonial constitui um avanço significativo para o futuro na história do país, pois preserva sua história e valoriza sua cultura. Todavia, existem muitos problemas quanto ao reconhecimento, tombamento, conservação e preservação patrimonial. Mas, estes não são os únicos empecilhos, podemos destacar os seguintes: Como preservar algo que não se reconhece o valor histórico e social, que muitas vezes é visto simplesmente como algo ou lugar antigo, velho, ultrapassado? Como afirmar aos nossos alunos que patrimônio é uma herança, que deve ser preservado, quando os mesmos não os reconhecem? Em um mundo tão globalizado, como fazer para que o aluno perceba que, além do direito de se preservar a memória e a história, a conservação do patrimônio garante-lhes a preservação dos costumes e características singulares?

Como “desconstruir” a visão de alguns educandos, de que os museus não são locais elitizados, responsáveis apenas em “guardar artefatos”, de valores pessoais?

As discussões que permearão tais questionamentos terão como ponto de partida o entendimento sobre o conceito de patrimônio cultural, sobre o que preservar e os porquês da preservação.

Acredita-se que, a partir do momento em que se inicia um estudo de valorização do patrimônio cultural, considerando as diferenças étnicas, sexuais, religiosas e econômicas, insere os alunos num processo de identificação do contexto histórico. Sendo assim, preservar monumentos, obras de arte e edifícios são importantes, todavia, também é de suma importância considerarmos os saberes e manifestações populares como uma maneira de registrar a memória coletiva da sociedade, valorizando a cidadania de um povo.

Como bem lembra PELEGRINI, “todos esses bens culturais apreendidos como ‘expressões da alma dos povos’ conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários” (2009, p.14).

Partindo de tal princípio, objetiva-se propor uma iniciação à Educação Patrimonial como instrumento de “alfabetização cultural” que permita ao educando fazer a leitura do mundo que o rodeia, a partir do patrimônio cultural, reconhecendo-se como cidadão ativo, pertencente a um grupo social que lhe é peculiar.

Para tanto, será proposto:

- Realizar reflexões sobre os conceitos de patrimônio cultural – material e imaterial, no intuito de favorecer e ampliar a compreensão sobre o tema.

- Reconhecer através do uso de recursos áudio visuais o patrimônio natural e cultural brasileiro e paranaense, tombados e registrados pelo IPHAN.

- Valorizar a memória e o espaço local como ponto de partida da compreensão dos bens culturais, repassados de geração a geração e mantidos como referenciais identitários, para a formação do cidadão.

- Proporcionar visitas de estudo na Casa da Cultura de Rondon, que apesar de modesta, é o único local público do município, que disponibiliza fotografias de seu acervo para análises e estudos. Tais fotografias registram a história do município e

de seu povo. Assim como, aos Museus MUDI[1] e MBP[2] (ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá – UEM), objetivando destacar sua função pedagógica quanto ao resguardo da história através de seus objetos, reconhecendo-os como um espaço social tanto de visitas populares, como de estudos.

- Subsidiar teoricamente a implementação das Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (História), ressaltando as relações culturais, com destaque para o uso de filme, imagens e atividades lúdicas que darão suporte pedagógico para discussões e compreensão do tema no processo ensino aprendizagem.

- Possibilitar também abordagem da História, não como uma verdade pronta e definitiva, mas como uma constante análise e reconstrução, em torno das ações e relações dos sujeitos no tempo e no espaço.

Considerando os argumentos apresentados, entendemos que este material didático é importante, pois o conteúdo a ser trabalhado, é um conteúdo pedagógico que oportuniza conhecimentos, discussões e reflexões sobre a contemporaneidade do tema Patrimônio Cultural.

Assim como sugere o Caderno Pedagógico *"Representações, Memórias e Identidades"*. Curitiba : SEED – Pr., 2009, p. 87:

> "Este caderno é um ponto de partida. Cada professor pode, juntamente com seus alunos, aprofundar discussões propostas, pesquisar novos temas, problematizar as memórias e histórias locais, relativizar as verdades construídas, enfim, despertar a curiosidade dos alunos para a paixão de vasculhar o passado em busca de respostas para a compreensão da sua realidade."

3. UNIDADE 1

---

1 [1] O Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) promove a integração entre a universidade e a comunidade, por meio de ações científicas, culturais e educativas. Em sua estrutura há vários ambientes: "Anatomia humana e animal normal e patológica"; "Educação para a saúde"; "Química para a vida"; "Reprodução de Orquídeas e Bromélias"; "Experimentoteca e Ludoteca de Física" e "Inclusão digital". Há também espaços para exposições temporárias de outras instituições ou artistas. http://www.mudi.uem.br/,. Acesso em fevereiro de 2010.

[2] MUSEU DA BACIA DO PARANÁ (MBP), localizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), surgiu em 23/12/73 com o fim de coordenar o desenvolvimento de pesquisas na região da bacia hidrográfica do rio Paraná e servir como centro de aglutinação dos fatos relativos à memória da cidade de Maringá e adjacências. http://www.mbp.uem.br/. Acesso em fevereiro de 2010.

2

3.1- Discutindo conceitos e teorias.

Considerando que a educação é uma prática contínua e coletiva, inter-relacionada com o outro e com o meio, sempre em construção, a educação patrimonial será vista como um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento individual e coletivo, que visa valorizar a cultura local e global, com referência de sua própria história e da história da humanidade.

Sob esta ótica no Guia Básico de Educação Patrimonial, HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, salientam que,

> A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (1999, p. 6).

Considerando que todas as formas por meio das quais a população, (independentemente de sua etnia, crença ou gênero) expressam suas formas específicas de ser, constituem a cultura de um povo e, que esta cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração a geração, conhecê-la e reconhecê-la em suas variedades é aceitar a diversidade cultural existente. Assim, é proposta da Educação Patrimonial incorporar os valores da diversidade cultural na prática pedagógica .

> O trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al.,1999, p. 06).

Para tanto, é primordial a abordagem a respeito do conceito de patrimônio cultural.

As discussões acerca dos conceitos sobre patrimônio cultural, as quais temos contato, deriva do mundo ocidental.

“A palavra patrimônio é de origem latina, *patrimonium,* que se referia, entre os antigos romanos a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, no sentido de herança, legado, ou seja, o que é deixado de pai para filhos”.(FUNARI; PELEGRINI, 2006, P. 10).

Também pode ser denominado como o conjunto de bens pertencentes a alguém, ou a alguma instituição pública ou privada.

A partir desse conceito, Maria Beatriz Pinheiro Machado, afirma que:

> O conjunto de bens produzidos por gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos, obras, etc, sendo uma marca, um vestígio cultural, que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente diferentes (2004, p. 10).

Ao analisar o histórico das discussões e implantações de políticas públicas sobre patrimônio cultural nos remetemos ao século XVIII, período de Revolução Francesa, quando se inicia a preocupação com o Patrimônio Cultural, no sentido de resguardar os monumentos históricos de possíveis ataques de vandalismo.

Assim sendo, CHOAY (2001, p. 95), afirma que a obra de proteção do patrimônio francês iniciada pela Revolução Francesa permanece em geral desconhecida, mas que Rucker conferiu o conjunto dos documentos publicados – decretos e instruções - entre 1790 e 1795 a fim de conservar e proteger os monumentos históricos.

Neste sentido, vale lembrar que Sandra de Cássia Araújo Pelegrini afirma:

> Desde a Antiguidade, alguns objetos e obras de arte vêm sendo preservados mediante ensejos de cunho político, cultural ou religioso; no entanto, uma apreciação mais densa sobre os valores e significados dos bens conservados aflorou nas décadas finais do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa (2009, p. 19).

Na Europa, a partir do século XX, as discussões sobre patrimônio começam a se fortalecer, com ênfase para a preservação e restauração dos patrimônios edificados e arquitetônicos, chamados de “pedra e cal”.

> Foi a partir do século XX, que o patrimônio começa a ganhar ênfase entre as discussões que ocorrem na Europa, inicia-se a preocupação de preservar os monumentos, palacetes, palácios, castelos, casas de campo, obras de arte e uma série de objetos que pertenciam à nobreza européia, que nesse momento histórico começa a desaparecer. Dessa forma, cada país inicia suas políticas de preservação e restauração do patrimônio, procurando valorizar as riquezas culturais presentes em suas obras (OLIVEIRA, 2008, p. 3989).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, esteve marcada por inovações culturais, como a criação do Jardim Botânico e da Biblioteca Nacional. Assim como, se registrou o "patrimônio histórico edificado", em forma de construção de monumentos, homenageando a Independência do Brasil (Museu Nacional – RJ, Museu Imperial – Petrópolis e Museu do Ipiranga – SP) e a Proclamação da República (Museu da República – Catete – RJ). Contudo, podemos afirmar que de fato, a "discussão patrimonial" foi inserida no Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando o país passava pelo processo de urbanização no sudeste brasileiro e pela ascensão das elites industriais. Todavia, se deu efetivamente em dois momentos: Estado Novo e Período Militar.

No período Vargas, em especial no Estado Novo as discussões patrimoniais se fortaleceram. O Estado Novo pode ser entendido como o marco da modernidade brasileira que, assim, como ocorrera na Europa no século XVIII, visava reatualizar os elementos tradicionais para legitimar a república, tendo como principal ator o Estado no papel de produtor e definidor de memória, destacando sua representatividade no progresso.

Nesse sentido, em 1937 ocorreu a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

> De 1937 a 1969, a atuação do SPHAN voltava-se para a políticas de noções de "tradição", desse modo evidenciando o passado no intuito legitimar uma identidade nacional, ou seja, os patrimônios culturais faziam intermédio com heróis nacionais, personagens históricos. A partir de 1969, a instituição passa sucessivamente a Departamento, Instituto, Secretaria. Portanto, recebendo a denominação de Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, como é conhecido até hoje (TEIXEIRA, 2008).

Nesse momento histórico priorizou-se, o patrimônio edificado e arquitetônico, referentes aos setores dominantes da sociedade, em detrimento de outros bens culturais, que representasse a cultura popular. Como salienta Ricardo Oriá

> O mais sério é que essa política preservacionista, levada a cabo pelo então Serviço Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde sua criação em 1937, deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes aos setores dominantes da sociedade. Preservaram-se as igrejas barrocas, os forte militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços (ORIÀ, 2005, p. 131)

O segundo momento a ser considerado é o chamado Período Militar, iniciado em 1964, quando ocorreu uma intervenção crescente na cultura e na educação do país.

> Há aqui uma aproximação efetiva das noções de patrimônio e turismo, marcado pela participação do Brasil, em 1967, em um encontro no Equador, em que se definiu a importância do patrimônio na valorização do desenvolvimento nacional e, no ano seguinte, com a criação do "Conselho de Defesa do Patrimônio", sendo este entendido como mercadoria, vinculando-se definitivamente com o turismo, em especial após a criação da Embratur, que ganha força como elemento de manipulação simbólica em relação à memória e ao patrimônio. Nos dois casos, predomina uma perspectiva autoritária, tendo como papel legitimar um status, visando à manutenção de um determinado grupo no poder" (ZANON, MAGALHÃES E BRANC, 2009, p. 40 – 41).

Oficialmente, os países ocidentais passaram a perceber e considerar criações populares como processos culturais a partir de 1989, por meio da *Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular,* aprovada pela Conferência Geral da Unesco.

Conforme afirma Pelegrini

> Esse documento sintetiza a preocupação com "a identificação, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular", efetuada por meio de registros, inventários, investimentos econômicos e educacionais que envolvam a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais (2009, p. 22).

No Brasil, foi a partir da Constituição da República Federativa implantada em 1988 (em especial, os artigos 215 e 216), que se estabeleceu que o poder público, em colaboração com a comunidade, cabia promover e defender o "patrimônio cultural brasileiro". Tais artigos incorpora a ampliação do conceito de patrimônio cultural.

Também o Decreto - Lei nº 3.551/2000, que define o estatuto da figura jurídica do registro de bens culturais de natureza imaterial, e o Decreto – Lei nº 5.040/2004, que cria o Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN (DPI), que incorporou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em funcionamento desde 1958, ganharam representatividade para a população brasileira como um salto para a preservação patrimonial na história do país.

No Paraná a Lei Estadual nº 1.211**,** sancionada em 16 de setembro de 1.953, dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado.

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumento naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
>
> § 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos Livros do Tombo, de que trata o artigo 3º desta Lei. http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5. Acesso em maio de 2010.

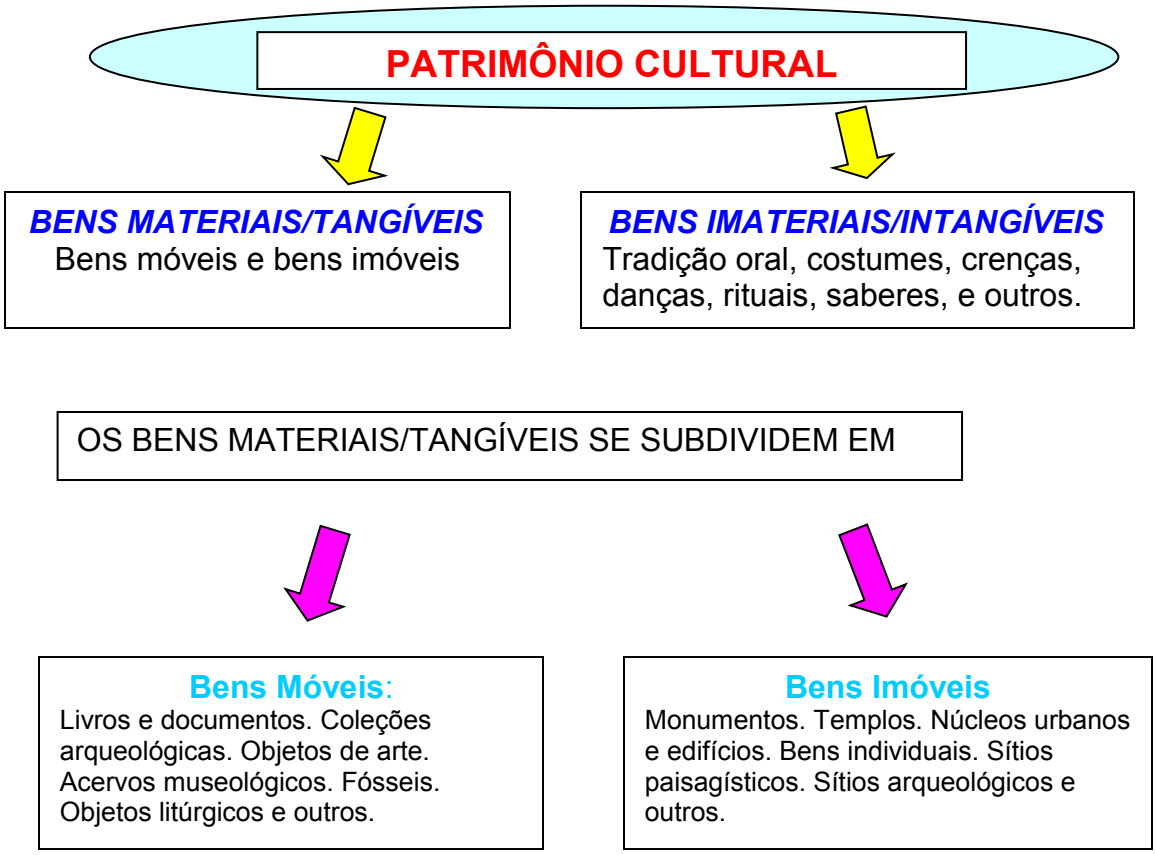
O artigo 216 da Constituição Federal, valoriza o patrimônio cultural do país, definindo-o como conjunto de bens de natureza material e imaterial (tomados individualmente ou em sua totalidade), portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. Entre tais bens se incluem: formas de expressão; os modos de se criar, se fazer e se viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; sítios de valor histórico, urbanístico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tais leis favoreceram o entendimento do termo “patrimônio cultural”, de forma mais abrangente, sendo assim, este passaria a substituir a antiga terminologia “patrimônio histórico e artístico”, utilizada até então.

O patrimônio cultural é constituído de unidade designadas “bens culturais”. Que por sua vez, pode ser definido, segundo Maria do Carmo Godoy, como

> Toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia (1985, p.72).

Nessa direção, torna-se necessário conhecermos as classificações que envolvem patrimônio cultural:



Como bem lembra Pelegrini:

> Essas noções básicas informam a identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais considerados representativos de diversos segmentos do patrimônio cultural da humanidade (2009, p.28).

3.2 - Atividades propostas:

Antes de iniciar o conteúdo sobre patrimônio cultural será aplicado um questionário investigativo:

Tipo de atividade	Questionário investigativo
Encaminhamento metodológico	- Será entregue, um questionário impresso para cada aluno, para que possam respondê-lo demonstrando o conhecimento prévio que possuem sobre as questões apresentadas. - O questionário será recolhido, analisado e guardado para comparações das respostas do questionário final (no final será entregue novamente o mesmo questionário – em

	branco, para que possam responder demonstrando o que aprenderam após o estudo do tema).
Objetivos	- Identificar os conhecimentos prévios dos alunos, acerca do tema. - Iniciar o conteúdo a partir da realidade do aluno. - Armazenar os dados (respostas) iniciais para confrontá-las após o estudo do tema proposto pelo projeto de implementação.
Tempo realização da atividade	1 hora/aula
Questões propostas:	- Qual o significado da palavra patrimônio? - Para você, qual a diferença entre patrimônio e patrimônio cultural? - Patrimônios que recebem o adjetivo de "históricos", "naturais" ou "arqueológicos" podem ser considerados como patrimônio cultural? Justifique. - Você acredita que é importante preservar coisas ou práticas culturais? Por quê? - Você já ouviu falar em tombamento? - Você já foi a um museu? Se foi. Qual a impressão que teve dele(s)? - Para que servem os museus? - Existem museus de diferentes tipos? Você saberia citar alguns?
Recursos materiais	Papel sulfite para impressão do questionário. Impressora e tinta para impressora.

3.3 - Uso de texto e filme.

Após a sondagem dos pré-requisitos que os alunos possuem sobre o tema, serão trabalhados textos que englobam a temática sobre Patrimônio Cultural, adaptado ao nível educacional dos alunos, exibidos em slides, produzidos pelas autora.

Tipo de atividades	Apresentação de conteúdo com a utilização

	de slides (Anexo 1) Atividade lúdica: caça-palavras, e identificação de imagens sobre o conteúdo. (Anexo 2)
Encaminhamento metodológico	Serão apresentados slides dos textos "Discutindo conceitos e teorias", que aparece no caput deste Caderno Pedagógico, assim como, "Conhecendo os patrimônios culturais brasileiros e paranaenses", adaptado ao nível educacional dos alunos. No decorrer das exibições e explicações dos slides serão propostos questionamentos orais e reflexões sobre o conteúdo, envolvendo os alunos nas discussões. Como atividade prática, os alunos receberão um caça-palavras, que é uma atividade lúdica de interesse para a faixa etária dos mesmos, abordando "palavras chaves" do conteúdo estudado. Assim como, algumas imagens para reconhecimento do patrimônio cultural material, imaterial e natural.
Objetivos	- Discutir os conceitos sobre patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio cultural material, imaterial e natural. - Analisar o histórico sobre a discussão acerca do patrimônio cultural. - Destacar a importância da UNESCO e do IPHAN no registro do patrimônio cultural. - Ressaltar a importância dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, dos Decretos nº 3551/2000 e nº 5040/2004 e, da Lei Estadual nº 1211/1953, no trato sobre o patrimônio cultural nacional e estadual. - Elencar, com a utilização de imagens e sucinto histórico, a lista do patrimônio cultural material brasileiro – tombados pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade e os patrimônios culturais imateriais reconhecidos até o presente momento.
Tempo realização da atividade	3 horas/aulas para exposição do conteúdo. 1 hora/aula para realização do caça-palavras.
Recursos materiais	Televisor multimídia ou computador do

	laboratório de informática da escola para exibição dos slides. Pendrive ou CD-ROON para gravar os slides elaborados pela professora.

Posteriormente, será apresentado partes do filme Narradores de Javé[3], como elemento de discussões, oportunizadas por um debate, que visa apontar as articulações entre as identidades, o patrimônio cultural e a construção das memórias coletivas.

Tipo de atividade	Exibição do filme "Narradores de Javé" e debate.
Encaminhamento metodológico	Serão exibidas algumas cenas do filme, que servirão como base dos questionamentos para o debate proposto.
Objetivos	- Propiciar através dos recursos audiovisuais, discussões acerca da importância de se registrar o patrimônio cultural de um povo, como forma de resguardar sua história e sua cultura. - Discutir sobre a História, não como verdade pronta e definitiva, mas como uma constante análise e reconstrução, em torno das ações e relações dos sujeitos no tempo e no espaço, tendo como base as diferentes narrativas históricas apresentadas no filme.
Tempo de realização	3 horas/aulas para exibição do filme e do debate.
Apontamentos que nortearão o debate	- Destacar a data, local e direção do filme. -Analisar a importância dos registros patrimoniais, como forma de reconhecimento da cultura local (fictícia e real). - Reconhecer a importância dos relatos orais, como forma de manter viva a memória coletiva.

[3] Narradores de Javé. Direção Eliane Caffé. Distribuidora: Lumiére, 2004.

Sumário: Javé é uma localidade fictícia, no sertão nordestino, que está prestes a ser inundada pela construção de uma hidrelétrica. Para alterar a direção dos acontecimentos, seus poucos moradores resolvem escrever a história da cidade, com o objetivo de transformá-la em patrimônio histórico e preservá-la.

	- Discutir sobre as diferentes narrativas históricas, sobre um mesmo tema, narradas por diferentes agentes históricos. - Questionar sobre a possibilidade da história fictícia ocorrer na vida real.
Recursos materiais	- Filme: Narradores de Javé. Direção Eliane Caffé. Distribuidora: Lumiére, 2004. Disponível em DVD comercial, ou partes do mesmo, no site http://filmes.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616. - Televisor multimídia, pendrive ou DVD para exibição de algumas cenas previamente selecionadas.

3.4 - Conhecendo os patrimônios culturais brasileiros.

Os conceitos discutidos, fundamentam as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que trabalha com um universo diversificado de bens culturais materiais, classificados conforme sua natureza e registrados em quatro Livro do tombo:

- Livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico;
- Livro do tombo histórico;
- Livro do tombo das belas-artes;
- Livro das artes aplicadas.

3.5 - Bens Materiais/Tangíveis, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade

O site oficial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco[4] traz uma lista de cerca de 830 bens inscritos na Lista do

[4] http://www.unesco.org/pt/brasilia/ . Acesso em janeiro de 2010.

Patrimônio Mundial, como patrimônio mundial da humanidade, destes (até o presente momento), dezessete são brasileiros:

- Conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto, Minas Gerais (1980).
- Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Olinda, Pernambuco (1982).
- Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul (1983).
- Conjunto arquitetônico e urbanístico de Salvador, Bahia (1985).
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas, Minas Gerais (1985).
- Parque Nacional do Iguaçu – Foz do Iguaçu, Paraná (1986).
- Conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília, Distrito Federal (1987).
- Parque Nacional Serra da Capivara – São Raimundo Nonato, Piauí (1991).
- Conjunto arquitetônico e urbanístico do centro histórico de São Luís, Maranhão (1997).
- Conjunto arquitetônico e urbanístico do centro histórico de Diamantina, Minas Gerais (1999).
- Mata Atlântica – Reservas do Sudeste de SP/PR (1999).
- Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica BA/ES (1999).
- Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central (2000).
- Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal MS/MT (2000).
- Centro Histórico da Cidade de Goiás – GO (2001).

- Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas – GO (2001).
- Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas – RN (2001).

3.6 - Bens Imateriais/Intangíveis reconhecidos nacionalmente

Os bens imateriais tem como instrumento de preservação o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, implementado pelo Decreto nº 3 .551/2000, que criou outras formas de acautelamento, como:

- Livro de registro dos saberes.
- Livro das formas de expressão.
- Livro das celebrações.
- Livro dos lugares.

As medidas adotadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional *(*IPHAN*)* para proteger nosso patrimônio imaterial vem expandindo, atualmente há quarenta e sete bens em fase de investigação, aguardando para serem registrados em um dos quatro livros de registro de "bens imateriais notáveis".

Quanto aos **bens imateriais**, reconhecidos nacionalmente até 2008 foram os seguintes:

- Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (2002).
- Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi (2002)
- Samba de roda no Recôncavo Baiano (2004).
- Modo de fazer de viola-de-cocho (2005).
- Ofício das baianas de Acarajé (2005).
- Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2005).

- Jongo no Sudeste (2005).
- Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri (2006).
- Feira de Caruaru (2006).
- Frevo (2006).
- Tambor de crioula do Maranhão (2007).
- Samba do Rio de Janeiro (2007).
- Modo artesanal de fazer queijo “Minas” (2008).
- Capoeira (2008).
- O modo de fazer renda irlandesa produzida em Divina Pastora (2008).

3.7 - Patrimônio Cultural Paranaense

O Paraná, assim como, os demais Estados brasileiros demonstra preocupação em conservar e preservar sua riqueza patrimonial.

Nosso patrimônio cultural é resguardado pela Lei Estadual n. 1211/1953.

> A Lei Estadual n.1.211/1953 criou o serviço de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural do Paraná que cumprirá o estabelecido nesta lei. Segundo essa Lei, deve haver um órgão estadual (que pode mudar de nome conforme a necessidade) mas ele deverá contar com profissionais habilitados para cuidar (= curar) esse patrimônio. Ao mesmo tempo essa lei afirma que todas as coisas que estiverem registradas em livros chamados livros do tombo terão o Estado e seu representante oficial como zelador, curador. Estes levantamentos, listagens, descrições e registros de coisas de interesse coletivo são chamados de inscrições nos livros do tombo.(http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=265, acessado em maio de 2010)

Segundo a Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC/PR)[5], há uma diversidade de bens patrimoniais materiais e imateriais, tombados tanto pelo Estado, como pelos municípios. São apresentados da seguinte forma:

- Patrimônio Natural:

- Sete Quedas – patrimônio submerso pela represa de Itaipu.[6]

- Cataratas do Iguaçu – patrimônio mundial e Parque Nacional.

- Vila Velha – bem tombado pelo Estado do Paraná e Parque Estadual.

- Baía de Paranaguá - a segunda maior baía do Brasil.

- Parque do Guartelá – o terceiro maior canion do Brasil e Parque Estadual.
- Mata de Araucária – árvore símbolo do Paraná e Parque Nacional.
- Mata Atlântica – patrimônio mundial com grande área preservada no Paraná.

- Patrimônio Arqueológico:

- Pinturas rupestres :Sítio Arqueológico Morro das Tocas em União da Vitória, gravuras pré-históricas em São Mateus do Sul.
- Sambaquis: Ilha do Mel .Ilha do Superagui . Rio Guaraguaçu (tombado pelo Estado do Paraná).
- Ruínas de reduções Jesuíticas: Ciudad de Guairá e Santo Ignácio.
- Aldeamentos indígenas como os de São Pedro de Alcântara e o de São Jerônimo (norte do Paraná).
- Quilombos: vale do Ribeira.
- Sítios urbanos de cidade localizadas em municípios hoje extintos: Porto de Cima – município de Morretes . Assunguy de Cima – município de Cerro Azul, Entre Rios e Conchas – município de Ponta Grossa.

- Patrimônio Imaterial:

[5] Lista de bens compilados do site http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=265, acessado em maio de 2010

[6] Em outubro de 1982, por interesses políticos e econômicos internacionais, as águas da represa de Itaipu, "sepultou" um dos maiores espetáculos de nosso Estado: as Sete Quedas do Rio Paraná.

- Manifestações Religiosas: Cavalhadas, em Guarapuava.
- Danças - Músicas: Fandango, no litoral paranaense.
- Lendas: Tarobá (Cataratas do Iguaçu), Caã-Yari (Erva Mate).
- Culinária e Iguarias: Barreado e Cachaça Morretiana no litoral paranaense.

- Patrimônio Histórico:

- Caminho das Tropas, com os tombamentos da sede da Fazenda Cancela e da Capela de Nossa Senhora das Neves ou Pedras, no município de Palmeiras.

- Projeto de Arquivos Municipais que resultou no inventário e posterior tombamento de obras e acervos documentais, de diferentes municípios paranaenses, como por exemplo, o acervo documental da Câmara e Prefeitura do município de Antonina.

O conjunto desses e outros bens patrimoniais, compreende o patrimônio cultural paranaense, reconhecidos pelo Estado e pelos seus respectivos municípios.

Ter um “bem patrimonial” tombado ou registrado oficialmente é interessante, pois representa as singularidades culturais de um determinado local, assim como de seu povo. Porém, é igualmente importante que a população “conheça e reconheça” tal bem como a continuidade de sua herança cultural coletiva, repassada por gerações, despertando, assim, não apenas o sentimento de preservação, mas de reconhecimento e respeito.

Para realizar o processo de acautelamento de um bem cultural – material ou imaterial, no intuito de tombá-lo ou registrá-lo é necessário a confecção de um inventário, que exige reunir documentos comprobatórios referentes às singularidades dos bens. No caso dos inventários urbanos é fundamental o levantamento de documentos oficiais (escrituras, averbações, contratos, projetos arquitetônicos, plantas), mapas, fotografias ou pinturas, que possibilitem identificar, reforçar e manter os elementos da identidade e da memória urbana.

3.8 - Atividades propostas:

3.9 - Pesquisa com o uso da internet, no laboratório de informática da escola.

Tipo de atividade	Pesquisa na internet
Encaminhamento metodológico	Os alunos serão divididos em grupos, preferencialmente em duplas, as quais escolherão por afinidade ou por sorteio, dois dos patrimônios paranaenses elencados no texto trabalhado, para realizarem pesquisa sobre o mesmo. O resultado da pesquisa (textos e imagens) serão utilizados para confecção de um painel e posteriormente, como recursos à dupla de alunos que explanará oralmente aos colegas o conteúdo de sua pesquisa.
Objetivos	Conhecer nosso patrimônio cultural estadual, como forma de reconhecimento e valorização de nossa história. No intuito de despertar o sentimento de pertença com o que é e nos é mais próximo. Fazer uso do laboratório de informática da escola, através de pesquisa na internet, propiciando uma aula prática que desperte interesse nos alunos, quanto aos conteúdos pesquisados. Valorizar o resultado da pesquisa, expondo-os em painéis. Trabalhar a socialização dos alunos, com atividades em grupo e tentar minimizar a timidez (comum na adolescência) através da prática da exposição oral.
Tempo de realização das atividades	2 horas/aulas - pesquisa com o uso da internet 2 horas/aula - elaboração do edital. 3 horas/aulas – exposição oral dos conteúdos do edital.
Recursos materiais	Computadores do laboratório de informática, com o uso da internet e impressora. Impressora, tinta para impressora e papel

	sulfite para a impressão do material pesquisado. Edital para a montagem do material pesquisado. Fita adesiva e tesoura para a montagem do edital.

4. UNIDADE 2

4.1 - História local, fotografias e memórias.

De acordo com Schmidt e Cainelli (2004, p.113), "o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidade e identidade". Partindo de tal princípio, o estudo sobre patrimônio cultural abordará a localidade residencial dos alunos – o pequeno e jovem município de Rondon [7] .

Segundo a professora Nanci Edilane Corrêa:

> "Ao procurar trabalhar com história local, preenche-se duas lacunas: a dificuldade que nós professores temos em trabalhar tal temática, devido à falta de material, principalmente da história das pequenas localidades, e também a necessidade do aluno em conhecer a sua história-próxima. O trabalho com história local faz com que ele desenvolva o sentimento de pertença, lança um novo olhar sobre a sua localidade, ao compreendê-la como um lugar de memórias e mesmo de contradições." (2008, p. 07)

Desta forma nos remetemos à necessidade de valorizarmos a memória local na construção da identidade e da cidadania cultural. Afinal, não basta apenas conhecermos o patrimônio cultural nacional sem valorizar nossa realidade presente.

Como afirma Ricardo Oriá:

> É a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se

[7] Rondon - localizado no noroeste paranaense. Seus primeiros alicerces foram lançados em 1945, é fruto de um pioneirismo desbravador e colonizador, em prol da economia cafeeira, que estava em evidência econômica neste período histórico, nesta região paranaense. Sua denominação constitui homenagem ao emérito Marechal Cândido Rondon. Criado através da Lei Estadual n°253 de 26 de novembro de 1954, e instalado em 03 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Peabiru. Atualmente conta com 9.465 habitantes (conforme dados do IBGE/2009),

> esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, as populações urbanas não têm condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história (2005, p. 139).

Mesmo que o município não tenha nenhum patrimônio cultural tombado, seja material ou imaterial, é importante que o aluno conheça sua história local, como forma de valorizar e preservar seus referenciais históricos, pautados na memória da cidade, caso contrário se sentirá um "estrangeiro" em sua própria casa.

Para tal, serão utilizadas fotografias de "épocas", que retratam a história passada do município. Afinal, a dinâmica econômica nos municípios é intensa. Estes mudam de "cara" a todo momento, muitos imóveis comerciais e residenciais têm suas construções parcial ou totalmente modificadas em nome de uma concepção desenvolvimentista do progresso e do lucro fácil e imediato, respaldados na especulação imobiliária, ou na sensação de modernização, propagadas pela mídia, em prol do comércio de material de construção. Assim como, em meio ao processo de globalização da economia e da mundialização do capital, profissões surgem ou desaparecem do cenário regional e nacional, conforme a determinação da "ciranda da economia global".

Proporcionar aos alunos análises de fotografias, que registram tais mudanças, é uma forma de estudar a história local. Afinal, da mesma forma que as fontes escritas, as imagens, e nesse caso as fotografias pertencentes à Casa da Cultura de Rondon, devem ser vistas como mais um instrumento da compreensão histórica e como qualquer outra fonte ela deve ser questionada, analisada e confrontada, no intuito de melhor compreender sua historicidade e não meramente utilizá-las como ilustração dos processos históricos, que se desenrolaram da década de 50 aos dias atuais, no município em questão.

Também é de suma importância que tais fotografias sejam contextualizadas espaço e temporalmente com a história regional, nacional e internacional, para que o aluno compreenda as mudanças sociais, políticas e econômicas, partindo do cenário local, para o global.

Ao levar os alunos a questionarem essas mudanças é importante não perdermos de vista a intencionalidade com que a fotografia foi produzida, considerando sua temporalidade e sujeitos históricos envolvidos.

Como bem lembra Bittencourt, “uma foto é sempre produzida com determinada intenção, existem objetivos e há arbitrariedade na captação das imagens” (2008, p.367). Dessa forma, é necessário termos essa clareza ao utilizar a fotografia como fonte histórica, e encaminhar os questionamentos de forma que o aluno perceba que as fotografias serão objetos de estudo e de análises sobre as memórias que se têm “arquivadas” no município e, não meramente ilustrações de conteúdo.

A identificação de tais fotografias se pautarão pela investigação de sua origem, natureza, autoria, datação e características relacionadas ao contexto no qual foram produzidas, identificando e questionando quais sujeitos históricos aparecem como protagonistas da história local.

Jacques Le Goff, ressalta:

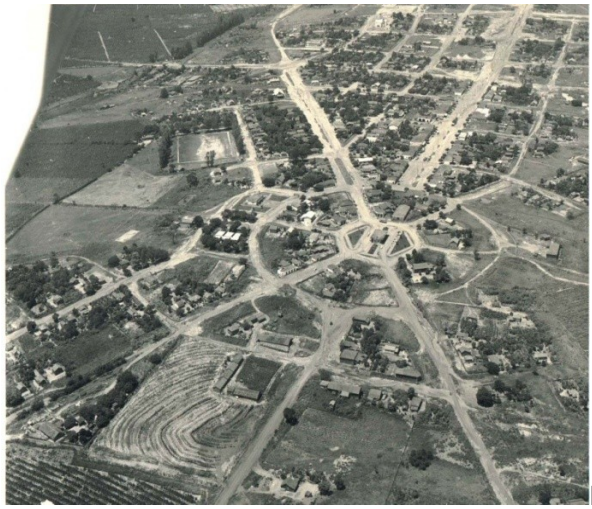
> A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão (2005, p. 471).

Tais análises e constatações embasarão os alunos a participarem de uma experiência empírica no âmbito da história e da memória, visando o respeito e a valorização do patrimônio histórico local, assim como, dos sujeitos históricos incluídos ou excluídos dessa história.

Exemplo de algumas fotografias que serão analisadas[8]

[8] Fonte: todas as fotografias apresentadas fazem parte do arquivo público da Casa da Cultura de Rondon.

- Crescimento urbano



R

Rondon – década de 50

Rondon – década de 80

A análise de tais imagens proporciona discussões sobre o crescimento urbano nas duas décadas, até a atualidade, como consequências de interesses econômicos e políticos.

- Economia cafeeira

Lavoura de café - 1955

Transporte e comércio do café – década de 60

A fotografia demonstrando o desmatamento e o início da lavoura cafeeira, na década de 50, oportuniza várias discussões, como: formação do município em torno dos interesses econômicos da produção de café no município, na região e no Brasil;

uso da mão de obra familiar (proprietários e arrendatários); comparação com a economia cafeeira atual, incluindo a mão de obra empregada no momento; desmatamento e preservação atual das áreas verdes existentes no município asseguradas por lei.

A análise dos meios de transporte proporciona o entendimento de como ocorria a logística da atividade cafeeira no município, bem como, o uso de carroças como tradicional meio de transporte da época, em contraposição ao uso de automóvel atualmente. A presença de várias pessoas, incluindo crianças ressalta a "novidade" de se observar vários caminhões, juntos, num mesmo momento, para a entrega do café em uma das cafeeiras do município.

A não pavimentação da rua e o poste, ainda sem as fiações necessárias para ligações da energia elétrica, demonstram a falta de infra estrutura municipal, que na época estavam em processo de implantação.

As ruínas de uma cafeeira e de uma madeireira no município serão motivos de discussão quanto à preservação, valor histórico e possibilidades de tombamento como patrimônio histórico municipal.

- Atividades cívicas e culturais

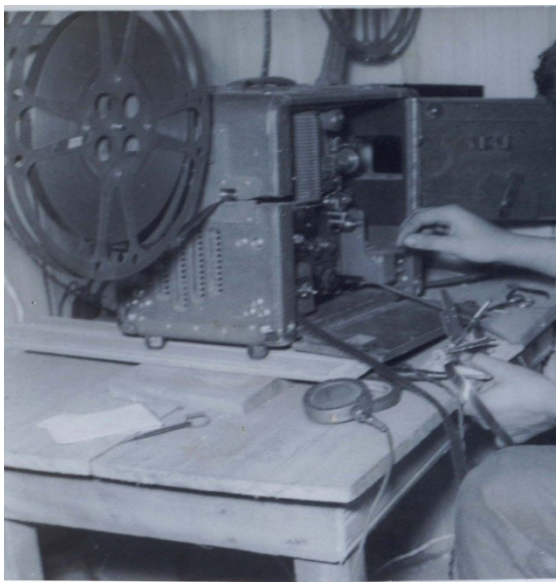
Desfile cívico 7 de setembro de 1962

Dispensa reservista – 1969

Ambas as fotos, que registram as atividades cívicas e culturais no município, na década de 60, nos proporcionam questionamentos sobre as reais necessidades de realizar tais atividades, como sendo ou não democráticas, uma vez que o Brasil vivenciava a ditadura militar, como forma de governo.

Os automóveis, as vestimentas, as bandeiras, os sujeitos históricos que aparecem nas fotografias, são alvo de questionamentos e comparações com a atualidade. Assim como, a manutenção de tais atividades nos dias atuais.

Primeira fanfarra – aniversário da cidade 1964



Projetor de filmes da década de 70

As fotografias sobre a primeira fanfarra e o projetor de filmes foram elencadas, com o objetivo de discutir tais patrimônios culturais (fanfarra e cinema), que permanecem ativos até o presente momento no município.

Como muitos alunos são integrantes da atual fanfarra e muitos frequentam o cinema (atualmente um dos pontos culturais em maior evidência no município), falar sobre eles, despertará interesse e sentimento de pertença.

O uniforme da fanfarra, os sujeitos sociais que a compõe, os edifícios comerciais, a não pavimentação das ruas, o projetor em desuso, são alguns apontamentos de discussão oportunizados pela análise crítica de tais imagens.

- Infra estrutura municipal

Construção da usina hidroelétrica do município – década 60

Nem todos os alunos atualmente têm conhecimento da construção e funcionamento da usina hidroelétrica municipal, conhecida como “Usina do rio do Salto”, responsável pela manutenção da energia elétrica, nas décadas de 60 e 70.

As imagens oportunizará discussões sobre a infraestrutura e funcionamento da distribuição da energia elétrica atualmente, questionando sobre investimentos na área, interesses políticos e econômicos, vantagens e desvantagens sobre a implantação e construção das grandes hidroelétricas, responsáveis pelo abastecimento atual, comparando-as com as décadas acima citadas.

4.2 - Atividades propostas:

Tipo de atividade	Análises de fotografias
Encaminhamento metodológico	- Em sala de aula, previamente à visita à Casa de Cultura de Rondon, será ressaltada a importância da memória, na compreensão da história presente, representada através de diferentes fontes históricas, como: relatos orais, análises de documentos, de imagens (neste caso fotografias), objetos e outros - Também serão discutidos, previamente, o valor de uma fotografia como fonte histórica, e a necessidade de análise crítica sobre a mesma, assim como qualquer outra fonte histórica. - Os alunos serão acompanhados e monitorados à visita de estudo à Casa de Cultura de Rondon, para análises das fotografias de "época" que fazem parte do acervo público municipal, que registram a história do município, assim como de seus habitantes. - Será entregue uma planilha impressa, aos alunos, para que preencham e registrem os dados sobre as fotografias, analisadas. - Em retorno à sala de aula, as fotografias elencadas serão exibidas em slides, propiciando aos alunos explanarem oralmente o que registraram em sua planilha sobre a análise das mesmas, no intuito de compreenderem a importância dessas fontes históricas.
Objetivos	- Trabalhar a história local, como forma de inserir o aluno na comunidade da qual faz parte, despertando-lhe o sentimento de pertença. - Ressaltar a valorização da memória, destacando sua importância no estudo do passado, como agente de compreensão da história presente. - Propiciar ao aluno, compreender a história

	de seu município, e de como o espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, atendendo interesses políticos e comerciais. - Conhecer a história de seu povo, através de seu patrimônio histórico, resguardados em fontes fotográficas. - Compreender a importância de uma análise crítica sobre fontes fotográficas.
Dados que serão registrados sobre as fotografias, nas planilhas.	Natureza, origem, autoria, data, sujeitos históricos fotografados e intencionalidades das mesmas.
Tempo de realização da atividades.	2 horas/aula para explanação do conteúdo sobre “Importância da memória” e da “fotografia como fonte histórica”. 2 horas/aula na Casa da Cultura para análise e registro sobre as fotos. 2 horas/aula na discussão sobre o resultado da análise das fotografias.
Recursos materiais.	Fotografias do acervo público da Casa da Cultura. Papel sulfite para elaboração e impressão da planilha. Impressora e tinta, para a impressão da planilha. Televisor multimídia e pendrive para exibição das fotos analisadas, que foram previamente digitalizadas pela professora.

5. UNIDADE 3

5.1 - A importância dos museus

Após o estudo do patrimônio histórico local, explorado através do acervo fotográfico pertencente à Casa da Cultura de Rondon, os alunos serão encaminhados até Maringá (uma vez que o município não possui nenhum museu),

para a realização da “visita de estudos monitorada” aos museus MBP – Museu Bacia do Paraná e ao MUDI – Museu Dinâmico Interativo, ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Esta “visita de estudo monitorada”, se pautará em uma pesquisa de campo qualitativa, que visa oportunizar aos alunos (principalmente aqueles que nunca visitou um museu), para que os conheça na prática, reconhecendo-os e valorizando-os como locais para visitas e estudos, voltados para resguardar a história através de seus objetos, seja de forma estática ou dinâmica, contribuindo para o melhor entendimento do presente.

Segundo Triviñus (2006), a análise da pesquisa qualitativa, feita de forma indutiva, busca o conhecimento da "coisa-em-si", para transformá-la em "coisa-para-si", no sentido da superação dos entraves ao avanço; assim, nesta análise dos significados, a busca de seus determinantes, de suas causas das relações situa o objeto estudado num contexto histórico e social que determina, mas que também pode ser determinado pelos sujeitos que ali atuam.

Nessa perspectiva a visita aos museus visa desconstruir a ideia de que o museu deve ser tomado apenas como um espaço de guardar “coisas antigas”.

Para tal, previamente já fora discutido o conceito de museu, definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, Comitê Brasileiro:

> **Artigo 6º -** O Comitê Brasileiro do ICOM reconhece como museus as instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público, que façam pesquisas concernentes aos testemunhos do homem e seu meio-ambiente, os adquire, conserva e os expõem com finalidade de estudo, pesquisa, educação, comunicação e preservação da memória da humanidade. (http://www.icom.org.br/Estatuto%20ICOM-BR%20-%20atual.pdf. Acessado em junho de 2010.)

Assim como, a definição proposta pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN/MinC, 2008 :

> O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:
> I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;
> II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

> III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
> IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
> V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
> VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.
> Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (http://museus.ibram.gov.br/sbm/oqueemuseu_museusdemu.htm. Acesso em junho de 2010).

Tais definições apresentam algumas concepções que norteiam a "visita de estudo monitorada", no que diz respeitos aos objetivos propostos.

Para que os objetivos propostos sejam atingidos, Almeida e Vasconcellos no artigo "Por que visitar museus" fazem algumas sugestões aos professores para uma visita planejada aos museus, seguidas neste trabalho, que em linhas gerais consideram:

- Definir os objetivos da visita.
- Visitar a instituição antecipadamente até alcançar uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado.
- Preparar os alunos para a visita através de exercícios de observação, estudo de conteúdos e conceitos.
- Coordenar a visita de acordo com os objetivos propostos ou participar de visita monitorada, coordenada por educadores do museu.
- Elaborar formas de dar continuidade à visita quando voltar à sala de aula.
- Avaliar o processo educativo que envolveu a atividade, a fim de aperfeiçoar o planejamento de novas visitas, em seus objetivos e escolhas.

5.2 - Atividades propostas:

Tipos de atividades	- Pesquisa de campo qualitativa – visita de estudos monitorada aos museus: - Museu Bacia do Paraná - MBP e ao - Museu Dinâmico Interdisciplinar- MUDI
Encaminhamento metodológico	- Em sala de aula, previamente será discutido o conceito de museu, definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, Comitê Brasileiro e, também, a definição proposta pelo o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN/MinC, 2008. - Será destacada a função pedagógica dos museus, quanto ao resguardo da história e da memória, através de seus objetos, para que os alunos os reconheçam como um espaço social, tanto de visitas populares, quanto de estudos. - Serão repassadas orientações de como se comportarem em um museu, desfrutando de suas exposições de forma crítica e educada. - Será realizada reunião com os pais e/ou responsáveis dos alunos, para explicar os objetivos da "visita de estudos monitorada" aos museus, e recolher autorização escrita e devidamente assinada, permitindo a saída dos alunos (menores de idade), da escola até Maringá. - Em retorno à escola, os alunos participarão de uma plenária, com exposição oral, em forma de questionamentos e reflexões, relatando a aprendizagem oportunizada a partir da viagem. - Preenchimento do questionário final.
Objetivos	- Oportunizar a verificação da organização e disposição dos objetos em um museu, comparando-os com os exibidos na Casa da Cultura de Rondon. - Conhecer, na prática, a organização de um museu, quanto às suas exposições, reservas técnicas, funcionamento e outros.

	- Compreender o museu como um local importante, no resguardo do patrimônio cultural. - Entender o museu, em especial o MBP, que é possui uma exposição sobre os pioneiros de Maringá, como um local de memória, percebendo-o como um espaço dialogado, associando-o aos objetos expostos à memória e à história de forma contextualizada, para que não se torne meramente a exposição de "objetos antigos", e sim elementos fundamentais para o fortalecimento de identidades, que proporciona a garantia da auto estima para as comunidades envolvidas, quando se identificam com as exposições visitadas. - Questionar os objetos e as exposições museológicas, em apreciação aos diferentes sujeitos históricos. - Compreender a existência de diferentes tipos de museus (históricos, de artes, naturais, etc, que por sua vez se subdividem em vários tipos, como museu militar, de arte moderna, oceanográfico, entre tantos outros), com diferentes tipos de exposições (permanentes e temporárias, próprias ou não, estáticas ou dinâmicas, etc), em especial, a visita ao MUDI, que proporciona atividades de interação com a participação direta dos visitantes, em suas atividades expositivas, com a finalidade de melhor compreender o que se expõe.
Tempo de realização das atividades	1 hora/aula para reunião com os pais. 2 horas/aula para exposição do conteúdo em sala de aula. 3 horas/aula para a visita monitorada no MPB. 3 horas/aula para a visita monitorada no MUDI. 1 hora/aula para a plenária final.

	1 hora/aula para o preenchimento do questionário investigativo.
Recursos materiais	Autorização escrita, devidamente assinada pelos responsáveis, permitindo a saída dos alunos da escola. Ônibus escolar municipal, para o translado. Lanche para a viagem. Questionário impresso. Papel sulfite, impressora e tinta para a impressão da autorização e do questionário.

5.3 Considerações finais:

- Ao retornar à sala de aula, os alunos terão oportunidade de exporem sua experiência de aula de campo, através da "visita de estudo monitorada" aos museus, relatando o que aprenderam, quais foram os aspectos positivos e negativos da viagem. Em que a visita colaborou para a melhor compreensão do estudo do tema proposto: Iniciação à Educação Patrimonial: conceitos, teorias e práticas.
- Responderão ao mesmo questionário investigativo inicial, no intuito de se comparar as respostas, para averiguação da apreensão dos conteúdos propostos.

6. Referências:

OBRAS:

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto, p.104-116, 2005.

CHOAY, Françoise; tradução Luciano Vieira Machado. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORREA, Nanci Edilani. **Fotografia e memória: O Acervo do Museu Histórico de Cruzeiro do Oeste Como Instrumento Pedagógico**. Produção Didático-Pedagógica para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2406-6.pdf?PHPSESSID=2010012208174796. Acesso em maio de 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes – **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. **.Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jahar Editor Ed, 2006.

GOFF, Jacques Le; tradução Bernardo Leitão. **História e Memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 2003

HORTA, Maria de Loudes Pereira; GRUNBERG Evelina e MONTEIRO Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/ MINC, 1999.

OLIVEIRA, Ana Paula Paulino de. **O Patrimônio Cultural em Âmbito Escolar: Um desafio?** In, IV Congresso Internacional de História, UEM. Maringá: 2009

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 128-148, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de História**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. Historiadores Locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material. In **História memória e patrimônio**; organizador PRIORI, Angelo. Maringá: Eduem, 2009.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A Educação Patrimonial No Ensino de História.** Rio Grande: Biblos, 2008**.**

TRIVIÑUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais** – A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patricia Martins Castelo. **Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática.** Londrina: UNIFIL, 2009.

LEIS:

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Artigos 215 e 216.

Decreto - Lei nº 3551/2000. Instituiu o Registro de Bens Culturais Imateriais.

Decreto – Lei nº 5040/2004. Instituiu a Criação do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. Artigo 26.

Lei Estadual do Paraná nº 1.211/1953 – Instituiu a criação do serviço de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural do Paraná.

SITES:

http://portal.iphan.gov.br/portal/mapaPortal.do. Acesso em janeiro de 2010.
http://www.unesco.org/pt/brasilia/culture/,. Acesso em janeiro de 2010.
http://www.mbp.uem.br/. Acesso em fevereiro de 2010.
http://www.mudi.uem.br/. Acesso em fevereiro de 2010.
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2406-6.pdf?PHPSESSID=2010012208174796. Acesso em maio de 2010.
http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=265, Acesso em maio de 2010.
(http://museus.ibram.gov.br/sbm/oqueemuseu_museusdemu.htm. Acesso em junho de 2010.
(http://www.icom.org.br/Estatuto%20ICOM-BR%20-%20atual.pdf. Acesso em junho de 2010.

FILME:

Narradores de Javé. Direção Eliane Caffé. Distribuidora: Lumiére, 2004. Disponível em: http://filmes.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616. Acesso em dezembro de 2009.

7.1 Anexos:

Anexo 1 – Slides proposto na atividade p. 15

Anexo 2 - Atividade proposta p. 15

Anexo 2

NOME:_____Nº_____SÉRIE_____

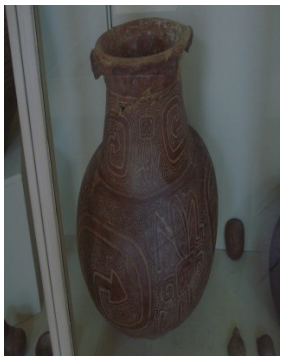
CAÇA – PALAVRAS

Encontre e circule, no caça – palavras, as palavras abaixo relacionadas:

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA, BENS MATERIAIS, BENS IMATERIAIS, FESTAS, MONUMENTOS, IPHAN, UNESCO, SALVAGUARDAR, TOMBAMENTO.

F	E	U	G	A	V	C	U	L	T	U	R	A	D	W	S	A	C	V	Y
G	E	I	B	N	A	S	L	Ç	Y	H	Q	S	D	V	B	G	T	R	E
S	A	S	L	A	S	C	V	B	N	M	H	G	R	T	F	D	S	A	W
A	J	K	T	A	C	V	B	N	M	H	G	F	S	E	R	T	Y	U	I
L	A	Z	X	S	V	B	E	N	S	I	M	A	T	E	R	I	A	I	S
V	Q	W	E	R	S	T	Y	U	I	O	P	L	Ç	N	B	F	S	E	Q
A	Q	W	E	R	T	Y	U	I	S	O	T	N	E	M	U	N	O	M	V
G	C	V	D	E	R	T	H	A	S	E	R	T	Y	N	M	F	E	R	T
U	A	D	C	V	E	R	T	I	O	P	A	D	F	G	H	E	I	M	A
A	T	V	B	T	E	R	I	A	L	C	U	L	R	G	T	A	D	F	G
R	E	P	A	T	R	I	M	O	N	I	O	C	U	L	T	U	R	A	L
D	A	C	V	E	R	T	Y	U	I	O	V	B	F	R	T	Y	U	I	O
A	C	V	F	R	B	E	N	S	M	A	T	E	R	I	A	I	S	G	B
R	W	F	G	H	J	K	L	Ç	Q	S	Q	E	R	F	B	R	T	Y	U
Q	C	V	Z	D	R	U	R	F	T	G	A	C	V	B	E	W	Q	D	F
M	N	V	R	N	F	E	N	U	S	T	O	M	B	A	M	E	N	T	O
A	D	E	A	V	B	D	R	E	Q	S	D	E	T	R	E	F	G	H	J
P	I	H	T	B	N	M	R	A	S	V	D	E	T	U	I	J	D	A	W
C	P	A	B	N	M	G	H	T	R	C	G	T	H	Y	U	J	B	D	V
I	T	M	A	T	E	R	B	N	C	F	O	N	C	E	K	A	S	C	E

Classifique as imagens abaixo, como sendo bem cultural material móvel/tangível, material imóvel/intangível, natural e imaterial



....